

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

A CRUZ E A ESPADA: devoções na Polícia Militar de Minas Gerais.

Cícero Nunes Moreira

A Polícia Militar de Minas Gerais comemorou 237 anos de existência em 2012. Sua fundação enquanto força pública data de 1775 quando da criação do Regimento Regular de Cavalaria de Minas, cujo destaque histórico é a pertença do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Seu percurso atravessa desde o Período Colonial até os dias atuais. Nele se envolveu, de modo relevante, nos diversos movimentos sociais e políticos do Estado e do País. O regimento de Dragões tem vinculação direta com a Inconfidência Mineira em razão da participação de seu comandante, do alferes Tiradentes e diversos soldados no movimento do século XVIII. Suas crônicas ressaltam sua participação na Guerra do Paraguai e na Retirada da Laguna, nos combates ao cangaço no norte de Minas, na perseguição da Coluna Prestes, nas revoluções de 1930 e 1932, na participação do movimento de 1964 e no combate à guerrilha do Caparaó. A partir da década de 1980, principalmente em decorrência das mudanças promovidas pela Constituição de 1988, a Polícia Militar se depara com os movimentos de direitos humanos que afetariam profundamente sua identidade e missão.

Não se pretende discutir neste artigo o processo de criação da polícia, sua relação com o Estado Moderno, sua identidade e missão e sim explorar aspectos ligados à religião e à religiosidade que encontra expressão principalmente nas devoções e nas práticas que atravessam toda a sua história e sublinha o soldado de minas como *homo religiosus*.

Cotta (2006), estudando a história da Polícia de Minas, argumenta que embora tenham ocorrido variações no conceito de polícia, sua identidade e missão se relacionam à ideia de ordem que, no caso Português e de suas Colônias, em razão da instituição do Padroado, refere-se, em última análise, ao sagrado. De fato, no pensamento português medieval ancorado em uma cosmovisão religiosa, a ordem é percebida como resultado da criação do mundo, pois Deus, ao criar o mundo, criou a ordem e atribuiu ao Rei a responsabilidade de sua manutenção. Sendo o vigário de Deus na terra, o Monarca Português, afirma Cotta (2006), é fonte da justiça e da

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

ordem e a ele cabe impor a paz, coibindo qualquer violação à ordem. Como pai e pastor de seus súditos deve, entretanto, aplicar a lei com misericórdia. Nesse sentido Azzi (2005) discute a formação católica da sociedade brasileira como inspirada na tradição teológica medieval fundada no conceito de Cristandade no qual o Estado e a Igreja são instituições que devem permanecer unidas, sendo o Monarca o representante do Reino de Deus na terra que tem como destino sagrado fundar e consolidar o Reino lusitano – Reino católico - e nele o povo português é o povo eleito.

Será utilizando sua Milícia que o império português exercerá o controle das populações, a manutenção da ordem e imporá a paz nas colônias. Aqui no Brasil utiliza, inicialmente, Forças Portuguesas, mas em 9 de junho de 1775, Dom Antônio de Noronha cria o Regimento Regular de Cavalaria de Minas para a realização dessas tarefas. Como a cosmovisão portuguesa é ancorada no sagrado e dilatar o império é dilatar o Reino de Deus, não há distinção entre a missão da Igreja e a missão dos Dragões. Nesse sentido, Azzi (2005) ressalta a aliança entre a cruz e a espada e não nota diferença entre as tarefas dos soldados e a dos clérigos, ambos se empenham na ampliação e no fortalecimento da Cristandade tendo como objetivo a conquista de novos súditos e novas terras para o Estado cristão. De fato, o apoio mútuo entre a igreja e os militares será a tônica da vida na colônia, afetando, de modo evidente a *práxis* na caserna. Para Hoornaert citado por Azzi (2005) as caravelas portuguesas com missionários e soldados estão em uma missão conjunta, Estado e Igreja unidos sob a luz da cristandade com o objetivo de salvação. Para dilatar o Reino de Deus, a espada e a cruz navegam juntas. Essa união entre o Estado Lusitano e a Igreja Católica vai se constituir em uma forma de ver, interpretar e viver a vida em todos os seus aspectos e, por essa razão, o Estado impõe aos governantes e súditos obrigações de caráter ritual e moral com implicações, segundo Azzi (2005) na observância e seguimento social e público do culto católico. A transgressão de normas religiosas era punida utilizando-se a legislação do Estado.

Ao estudar a história da Polícia Militar de Minas Gerais, Cotta (2006) ressalta que, durante o Império Brasileiro, a vida militar se caracterizava pela forte presença da religiosidade no interior dos quartéis, sendo a dimensão heroica – sacrifício, renúncia e amor à pátria – a base

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

da identidade. O que se argumenta nessa introdução é que o soldado mineiro, em face da realidade em que está inserido, experimenta a realidade como saturada do sagrado. Ele vive a vida militar enquanto missionário e, nesse sentido, não distingue a missão militar da missão religiosa. Por isso, o Dragão do Regimento de Cavalaria se caracteriza, como diz Eliade (2008), como *homo religiosus* e, por isso, seu tempo, suas tarefas, sua morada e seu quartel serão transbordantes do sagrado que se manifestará de diversas formas nas devoções, nas edificações de nichos, ermidas e capelas, no relacionamento com seus superiores, nas edificações, na consagração das bandeiras, das moradas, dos quartéis, na vida social e na aplicação dos regulamentos. Os companheiros militares constituirão uma comunidade de vida e de sentido que possibilitarão uma rica vivência da fé católica que não se perde no Império Brasileiro, mas atravessa toda a sua história da Força Pública.

Em face da convicção religiosa e do caráter missionário das viagens, a conquista da terra se faz dentro de uma perspectiva de luta do bem contra o mal. Conquistar a terra, dilatar o Reino de Deus e impor a fé católica implica no enfrentamento direto do mal e requer proteção. Por essa razão, dar um nome sagrado à nova terra e cantar a cruz é um ato de romper com o profano e de invocar a proteção celeste. A cruz para os lusitanos, diz Azzi (1978; 2005), é um estandarte de luta, um signo de guerra, uma representação do Reino em expansão, uma declaração formal de posse da terra e de guerra a tudo quanto lhe fosse contrário. Nomear a terra de Ilha de Vera Cruz e, posteriormente de Terra de Santa Cruz, erigir uma cruz na nova terra e distribuir cruzeiros para os habitantes locais abre uma brecha no território do inimigo e estabelece uma “cabeça de ponte” para o início da conquista, invoca a proteção do Céu e acalma soldados e missionários preparando-os para a tarefa.

A conquista não se fará, entretanto, tão facilmente. A terra é boa, mas é terra que devora e os colonizadores dos primeiros séculos sentem na própria carne a agressividade expressada no calor, nos mosquitos, nas selvas e nos mais inusitados obstáculos que enfrentarão lutando tanto contra a natureza, como nos contatos sociais com os habitantes da nova terra. É por isso que os portugueses dentre os quais muitos não tinham escolhido vir para o Brasil, mas estavam aqui por imposição da Coroa Portuguesa, necessitavam de ajuda adicional do Céu. Como afirma Azzi

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

(2005), tomados de impotência diante dos perigos, adversidades e riscos de vida, buscavam a proteção de Maria, dos santos e dos anjos. É natural, portanto, a transladação das imagens e das devoções de Portugal para o Brasil. As imagens vêm de caravelas, as devoções vêm com o povo lusitano e se instalam na colônia brasileira. No Brasil, em contato com a cultura indígena e africana, as devoções se transformam e se adaptam para servir a todas as culturas; “a proteção dos Santos era invocada tanto para favorecer os interesses dos colonos lusos, como para auxiliar as necessidades das camadas populares mestiças, negras e indígenas”. (AZZI, 2005, p. 247).

Uma das manifestações mais comuns de devoção trazida pelos portugueses para o Brasil foi a cruz. Chantar cruzes com a finalidade de formalizar a conquista do espaço, de sacralização, de invocação da proteção celeste, de demarcação de local de culto, de convocação do povo e de catequese. A cruz, portanto, se estabelece como uma forma de devoção popular e, além do povo, as autoridades civis e militares se encarregam de semear cruzes em todo o território nacional. A partir do marco inicial, lugar de encontros, catequese e cultos, surgem ermidas, depois capelas, igrejas e cidades. As cidades tradicionais mineiras têm como referência geográfica, política e social principais as suas igrejas.

Assim como a cruz, os oratórios se constituem em expressão singela, significativa e tradicional da devoção. São pequenos nichos abrigando um crucifixo ou a imagem de um santo, os oratórios são distribuídos nas passagens públicas, mas também nos prédios públicos. Constitui uma visão corriqueira ainda hoje em Minas Gerais devotos reunidos em frente a um oratório em praça pública ou rua. Azzi (1978) afirma essa peculiaridade do povo brasileiro dizendo que era comum ver pessoas e procissões interromper seu deslocamento para fazer o sinal da cruz ou rezar diante dos oratórios, sendo também parte da devoção manter uma vela ou lâmpada acesa em frente ao nicho. Na Polícia de Minas são comuns os oratórios dedicados à Santa Efigênia, mas no passado era comum encontrar oratórios dedicados a Santo Antônio.

Além dos oratórios fixos ou móveis, pessoas com maior posse procuravam construir locais de culto maiores, seja uma ermida ou uma capela, obras que agradariam mais a Deus. Muitas foram construídas por autoridades civis e militares, sendo essa uma forma comum de devoção encontrada nos quartéis de Minas Gerais. Em alguns casos, um grupo de pessoas se

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

associava para construir os templos, o que também ocorreu na Força Pública de Minas, às vezes sob a liderança do comandante da unidade, às vezes por iniciativa dos subordinados. Os fiéis, depois de construir a capela ou igreja, se dedicavam ao seu cuidado, organizando, para isso, uma confraria que se responsabilizava pela manutenção do culto e da devoção ao santo patrono.

Azzi (1978) esclarece que existem dois principais de confrarias: as Irmandades e as Ordens Terceiras e ambas têm origem na Idade Média. As confrarias floresceram no período colonial brasileiro, permaneceram fortes no Império e, durante o período republicano passaram a ser desvalorizadas e até mesmo marginalizadas. Uma de suas características mais marcantes é o protagonismo dos leigos que se responsabilizam e promovem a devoção, muitas vezes sem o estímulo, sem o apoio e, às vezes, até sem a participação do clero. O oposto também ocorria, pois o catolicismo, enquanto religião oficial do Estado se manifestava através do Padroado, por essa razão, informa Azzi (1978) o governo luso-brasileiro, enquanto governo religioso, se envolvia nas festividades da Igreja participando, promovendo, patrocinando e estimulando as devoções:

Havia um grande interesse por parte das autoridades civis em prestigiar ao máximo as festas da Igreja. Por sua vez, também a população era toda ela educada dentro de uma tradição marcadamente religiosa. A religião era parte integrante e fundamental na estrutura da sociedade. Toda a cultura era permeada de expressões cristãs.

Dentro desse contexto, não era fácil a separação entre mundo sagrado e mundo profano. Aliás, tal divisão seria incompreensível na mentalidade tradicional. As festas religiosas eram ao mesmo tempo reuniões sociais, com música, canto, dança, fogos de artifício, quermesse e comidas típicas. (AZZI, 1978, p. 106)

Vivendo em uma terra desconhecida e hostil, em muitos casos contra a própria vontade, os luso-brasileiros buscaram nos braços superiores a proteção e o conforto para a tarefa. Imbuídos de uma visão de conquista e de dilatação do Reino, sacerdotes e soldados apresentavam suas armas, a cruz e a espada, para o cumprimento de suas tarefas. Em Minas Gerais serão muitas as devoções adotadas pelos militares. Algumas foram trazidas de Portugal e impostas, são devoções hierarquizadas, outras surgem no meio do povo, mas ambas tem o mesmo objetivo: garantir uma proteção superior.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Santo Antônio, Capitão do Regimento Regular de Cavalaria de Minas

Uma devoção importante trazida de Portugal que se transmite para o Regimento Regular de Cavalaria de Minas é a devoção a Santo Antônio que, embora não tenha sido militar como outros santos, desenvolveu uma carreira militar póstuma em Portugal e em diversas regiões no Brasil. Nasceu Fernando de Bulhões em 15 de agosto de 1195, em Lisboa e até os quinze anos teve uma educação normal. Em 1210 ingressou noviço para o convento de São Vicente de Fora da Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, pedindo transferência, dois anos depois, para o Convento de Santa Cruz de Coimbra, da mesma ordem. Informa Soares (1942) que Antônio estudou teologia da Escola Teológica de Portugal e que chegou a conhecer as Escrituras de cor e na íntegra. Desejando servir como frade franciscano na África, foi conduzido por uma tempestade para a Sicília. Foi por acaso, revela Soares, que Antônio mostrou ao mundo seus dons, quando, em 1222, na Catedral de Forli, em uma cerimônia de ordenação ao sacerdócio, foi incumbido de falar. Diz Soares que “Frei Antônio, transido de susto, subiu à tribuna sagrada como um neófito infeliz. Desceu consagrado por sua eloquência, e pelos inesperados fulgores de sua ciência teológica. A assistência abalada e comovida não se refazia de tão extraordinária surpresa”. (SOARES, 1942, p. XIII, XIV). A partir deste momento, Frei Antônio seguiu uma brilhante carreira de pregador sacro. Sua fluência envolvia a todos, seu timbre suave, voz ardente, ilustrações, imagens e o conhecimento das Escrituras fascinavam as multidões. Antônio, santo ainda em vida, viveu como pregador e morreu em Arcella, num convento de freiras franciscanas em 13 de junho de 1231, sem ao menos imaginar que teria uma carreira militar no Brasil.

Sua carreira militar se iniciou na Bahia três séculos e meio após sua morte. Seu “batismo de fogo” foi contra os franceses luteranos em 1595. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatam citado por Soares (1942) conta que neste ano uma frota de doze velas partiu do Reino da França com destino ao Brasil com a missão de tomar e destruir a cidade da Bahia. No caminho, ao passarem em Arguim, pequena fortaleza africana, atacaram e praticaram crueldades com a pequena população local e com suas igrejas e se apoderaram de uma imagem de Santo Antônio que

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

passaram a insultar e blasfemar. Durante a viagem para o Brasil, após atacarem a imagem com zombarias e golpes de espadas a lançaram ao mar para que o Santo, vilipendiado, os levassem à Bahia. Relata Soares que a frota foi atingida por um violento temporal que fez naufragar todas as embarcações, exceto a que havia conduzido a imagem de Santo Antônio. Desgovernada, a nau atingiu a costa brasileira na altura de Sergipe onde a tripulação foi presa e remetida por terra ao governador da Bahia, Dom Francisco de Souza. Na altura de Itapuã, distantes doze léguas da Bahia, os prisioneiros depararam com a imagem de Santo Antônio que haviam roubado de Arguim em pé sobre a areia fofa, mesmo batida pelas ondas. Buscaram para ver se havia alguma pessoa por perto, mas a ninguém encontraram. Tomaram então o Santo com devoção e veneração e o conduziam até que encontraram Francisco Dias d'Ávila que colocou a estátua na capela de seu solar. Ao conhecer dos fatos, os frades capuchos buscaram a imagem e a colocaram com muita solenidade na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na Bahia. No dia 23 de agosto de 1595, a imagem de Santo Antônio foi conduzida para o convento de São Francisco com toda a pompa e solenidade, tendo a cidade adotado o Santo como seu padroeiro. Informado de tudo, El-Rey de Portugal, Phelipe ordenou que anualmente se festejasse o Santo no dia em que foi realizada a sua transferência da igreja de Nossa Senhora da Ajuda para o convento de São Francisco.

O livramento do ataque dos Franceses foi a primeira missão do soldado Santo Antônio nas terras brasileiras. Para agradecer, a câmara da Bahia encomendou oficialmente ao vigário Felipe Vinezes que rezasse missa no altar de Santo Antônio. Comprometeu-se, ainda, a câmara, caso fosse restaurado o domínio de Pernambuco, na época sob domínio dos holandeses, a realizar, como voto perpétuo, festa anual solene no dia da libertação. No dia 27 de janeiro de 1654 houve festa solene na Bahia em honra de Santo Antônio pela restauração de Pernambuco.

Em razão da façanha militar do Santo, era necessária maior consideração, sendo justo que deixasse de ser praça (soldado) e fosse promovido. Assim, aos 10 de junho de 1705, a Câmara da cidade de Salvador requereu ao governador da Bahia a promoção do Santo. Dom Rodrigo, aos 16 de julho de 1705, baixou portaria promovendo Santo Antônio ao posto de capitão, determinando, ainda, que se entregasse ao síndico do convento de São Francisco da Bahia o soldo que costumava pagar aos capitães do Forte da Barra. A promoção do Santo foi confirmada em Carta

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁ

Régia de 7 de abril de 1707 determinando, entretanto, que o soldo fosse aplicado à festa do Santo ou ao ornamento de sua capela.

E porque hoje mais que nunca necessitamos dos favores do dito Santo, não só pelas grandes guerras, que de presente há em Portugal, senão também pelas que se presume poderá haver na Bahia, e ser o dito Santo o primeiro protetor desta cidade: me pedia o dito senado, que, em comutação do dito voto, mandasse assentar praça ao glorioso Santo Antônio de capitão intertenido do forte de Santo Antônio da Barra, donde tinha a de soldado raso, até se dar parte a S. M., que Deus o guarde [...] E à vista da informação, que sobre este particular deu o provedor mor da fazenda real deste Estado, lhe ordeno por esta mande assentar praça ao glorioso Santo Antônio de capitão intertenido do dito forte de Santo Antônio da barra, e se entregará todos os anos ao síndico do convento de S. Francisco desta cidade o mesmo soldo, que se costuma pagar aos mais capitães intertenidos desta praça. Bahia, 16 de julho de 1705. D. Rodrigo Costa. (SOARES, 1942, p. 29,30).

Posteriormente, Dom João VI, que tinha particular devoção a Santo Antônio, o promoveu a sargento-mor (major) por entender que o Santo lhe tinha sido favorável em “salvar a monarquia da grande e difícil crise” durante a invasão de Portugal pela França. No Decreto de 13 de setembro de 1810 que elevou Santo Antônio ao posto de Sargento-mor de infantaria, recebendo o soldo desta patente, o Príncipe D. João declara expressamente esperar ainda maior auxílio e intercessão do Santo Antônio para a final e inteira restauração da monarquia. A carta patente promovendo Santo Antônio a sargento-mor de infantaria foi expedida aos 4 de fevereiro de 1911, nos seguintes termos:

Faço saber aos que esta minha carta patente virem que sendo-me presente a viva devoção do povo da cidade da Bahia, para o glorioso Santo Antônio, e que moveu um de meus augustos predecessores a dar ao mesmo Santo o posto de capitão: e tendo o Céu abençoado os meus esforços para salvar a monarquia da grande e difícil crise a que tem estado exposta, esperando ainda maior auxílio para sua final e inteira restauração: concorrendo, como devo esperar, a intercessão do mesmo Santo: hei por bem elevá-lo ao posto de sargento-mor de infantaria naquela capitania, com a qual vencerá o seu competente soldo, que será pago na forma das minhas reais ordens. Pelo que mando ao Conde dos Arcos, Governador e Capitão General da mencionada Capitania da Bahia, que assim o tenha entendido: e o soldo referido se-lhe assentará nos livros a que pertencer para lhe ser pago aos seus tempos devidos. Em firmeza do que lhe mandei passar a presente, por mim assinada e selada com o selo grande de minhas armas. Dada nesta cidade do Rio de Janeiro aos quatro do mês de fevereiro, do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e onde. (a) O Príncipe D. João. (SOARES, 1942, p. 32).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

A carreira militar do Santo prosseguiu e, aos 25 de novembro de 1814, o Príncipe Regente Dom João assinou o decreto de promoção de Santo Antônio ao posto de tenente-coronel de infantaria. A carta patente foi expedida em 22 de outubro de 1816. Até 1907, oito anos após a Proclamação da República, foram pagos os soldos de tenente-coronel do Santo ao guardião do convento de São Francisco na Bahia, quando o delegado fiscal em comissão, o 1.º escriturário do Tesouro Nacional, Antônio de Pádua Mamede, que curiosa e contraditoriamente tinha o nome do santo, desautorizou a inclusão do soldo na folha de pagamentos. Em razão do desrespeito, o guardião do convento, frei José Pohlmann, requereu o pagamento por escrito. Em 1909, Antônio de Pádua Mamede despachou pela improcedência do pagamento em razão da proibição constitucional em seu artigo 72, § 7.º.

O príncipe regente português, tendo em vista a devoção do povo da Bahia à imagem de Santo Antônio que se venera nesta cidade, concedeu, pelas cartas patentes de 4 de fevereiro de 1811 e 22 de outubro de 1816, passadas ao referido Santo, o posto de tenente-coronel do exército, com direito ao respectivo soldo.

Esta subvenção foi paga até o exercício de 1907; e no meu ver tal culto não pode prevalecer, ante o regime de separação da Igreja e do Estado, pela Constituição da República, que o art. 72, § 7.º, proíbe não só a subvenção a qualquer culto ou igreja, como também que essa tenha relação ou dependência da União e do Estado.

O ato de 1811 está nestas condições, e não é lícito que se considere aquele ato como referindo-se ao Estado do Brasil, e que a Nação continue a pagar aquele soldo, na importância de 720\$000 anuais concorrendo-se assim para conservar a credence que teve o príncipe regente ao expedir aquelas patentes, sob o fundamento de haver o dito Santo Antônio influído para salvar a monarquia portuguesa da grande crise que atravessava.

Por estes fundamentos, não posso autorizar o pagamento do soldo acima requerido, fazendo-se a nota competente na folha respectiva. (SOARES, 1942, p. 21-22).

Se Santo Antônio é conhecido por seus muitos milagres, um deles é sua carreira militar no Brasil. O Santo não sentou praça apenas na Bahia. Integrou, como coronel, os regimentos da Capitania de São Paulo, por ato de dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão atendendo pedido do provedor dos membros da Irmandade. Em São Paulo, Santo Antônio teve seu posto mais alto na carreira de militar no Brasil. A carta patente de Luiz Antônio considera Santo Antônio “muito poderoso para com o Senhor dos Exércitos, que tem na sua mão.” (SOARES,

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

1942, p. 38). Ordena, como governador e Capitão General da Capitania, que oficiais e praças reconheçam ao glorioso e invicto Santo como seu coronel.

Em Minas Gerais, os devotos da Irmandade de Santo Antônio da matriz de Nossa Senhora do Pilar em Vila Rica (Ouro Preto), conhecendo da situação do Santo na Bahia e no Rio de Janeiro, onde o Santo também tinha recebido carta patente, igualmente se moveram em favor de seu patrono. Em 1786, quinze anos após a criação do Regimento Regular de Cavalaria de Minas, sendo procurador da Irmandade o Capitão do Regimento João de Souza Benevides, requereu do Capitão General e governador da Capitania, que mandasse assentar praça o Santo em Vila Rica. Como resposta, recebeu como o despacho determinando que requeressem à Sua Majestade, na ocasião D. Maria I. Soares (1942) e Zamprogno (1972) informam que os irmãos da Irmandade de Santo Antônio encaminharam o requerimento para D. Maria I, Rainha de Portugal, pedindo-lhe, da mesma forma, que declarasse praça e soldo ao Santo. Informaram seus pedidos com as certidões de três cartas régias: uma de 7 de abril de 1707, nomeando Santo Antônio capitão no Forte de Santo Antônio da Barra, outra de 21 de março de 1711, nomeando o Santo como capitão de infantaria na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e a última com data de 19 de novembro de 1750, nomeando o Santo capitão de infantaria ligeira em Goiás.

Os irmãos mineiros justificaram seu pedido afirmando que a capital de Minas não tinha menor merecimento ou necessidade do que as demais, pelo contrário, tinha maior necessidade de proteção e de um braço superior em sua defesa em razão do pequeno número de seus habitantes. A Carta Régia de 26 de fevereiro de 1799 nomeou Santo Antônio da Matriz do Pilar em Vila Rica como capitão de cavalaria, com direito ao soldo anual de 480\$000. Informa Soares que o “soldo de Santo Antônio em Ouro Preto só deixou de ser pago no governo do Marechal Hermes. Até 1890 segundo a nota do Anuário de Minas Gerais, atingiu 286:240\$000 a importância dos soldos de Santo Antônio pagos pelo Tesouro da União”. (SOARES, 1942, p. 113).

Incorporado no Regimento e promovido ao posto de capitão de cavalaria, Santo Antônio começou a ser escalado para as missões militares. À semelhança do Antigo Testamento quando o povo Judeu conduzia a Arca da Aliança para os combates, os soldados mineiros conduziam a estátua do Santo em batalha para garantir-lhes à vitória.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Nas situações rotineiras, o devoto soldado mineiro expressava sua religiosidade de modo espontâneo ou sob coação. Andrade (1936) escrevendo a respeito do espírito religioso dos militares informa que na antiga Ouro Preto era comum oratórios e nichos em cada esquina, alguns simples e outros trabalhados em cedro ou pedra sabão. Em obediência à rigorosa disciplina, os militares eram obrigados, ao passar pelos oratórios e nichos, a fazerem o sinal da cruz e, caso se recusassem ou, distraidamente, deixassem de persignarem-se sofriam duras punições. Os soldados, movidos pelos regulamentos e pela férrea disciplina militar, nunca deixavam de assistir à missa e comungar nos dias determinados pelos superiores hierárquicos. A religião para os antigos comandantes era também uma forma de conduzir e controlar a tropa. Santo Antônio, além da patente de capitão de cavalaria e das regalias do posto, tinha quem zelasse por sua posição. Conta Silveira (1966) que em Uberaba um recruta que deixou de prestar honras militares ao Santo foi severamente repreendido por um superior.

Contava um velho oficial que, nos seus primeiros anos de praça, existia no Quartel do 4º Batalhão, na cidade de Uberaba, um nicho com a imagem de Santo Antônio, que era Capitão. Como um recruta passasse por ele e não fizesse a continência, foi severamente repreendido por um seu superior e advertido de punição mais severa se reincidisse!(SILVEIRA, 1966, p. 340,341).

São Jorge, padroeiro da cavalaria

Durante muitos anos desde sua criação em 1775, a vida da Polícia Militar de Minas Gerais esteve ligada à religião católica. Na rotina da caserna o tempo e a vida eram marcados pelos sinos e pelas rezas. Nas celebrações da capital, em sua maioria de caráter religioso, a Força Pública de Minas Gerais participava ativamente através das bandas militares que abrilhantavam as festas e procissões e da formação das Tropas. Os militares se envolviam frequentemente com as Irmandades, promovendo culto aos seus Santos patronos. Entre as missões atribuídas ao Corpo Policial durante o Império era comum, além da escala dos músicos, a formação de guardas de honra por ordem do presidente da província.

Uma das manifestações religiosas que se destaca em Vila Rica é a devoção a São Jorge. Sendo um dos Santos mais populares do Brasil e padroeiro da cavalaria, teve seu destaque no

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Regimento Regular de Cavalaria de Minas. A devoção a São Jorge foi trazida pelos Portugueses e implantada no Brasil no tempo colonial. Del Priori (2000) comenta uma carta que o padre Manoel de Nóbrega escreveu para a Companhia de Jesus em Roma em 9 de agosto de 1549 na qual informa ter realizado duas procissões, à maneira de Portugal, com cânticos e trombetas e com toda a artilharia em terra. Assim, as devoções chegam Terra de Santa Cruz pelas mãos dos missionários e se espalham por toda a terra. Desde o início São Jorge recebe a devoção montado em seu cavalo e acompanhado dos militares e autoridades.

O mito de São Jorge é narrado por Varazze e citado por Azzi (2005). Santo militar, a devoção a São Jorge é uma tradição medieval. Nascido na capadócia, o tribuno cristão em viagem chegou à cidade de Silena, na Líbia, onde havia um lago grande como um mar no qual se escondia um enorme dragão que afugentava o povo. Os habitantes de Silena ofereciam duas ovelhas por dia ao dragão para acalmá-lo. Quando começaram a faltar as ovelhas, o conselho municipal decidiu ofertar uma ovelha e um ser humano, sorteando rapazes e moças para a oferenda. Depois de algum tempo começaram a faltar pessoas e os habitantes da cidade decidiram oferecer a única filha do Rei ao dragão.

Ao chegar à cidade, o tribuno Jorge encontrou a moça a chorar e, ao lhe perguntar a razão, ela lhe disse para montar em seu cavalo e fugir depressa se não quisesse morrer como ela. Neste momento o dragão colocou a cabeça para fora do lago e foi se aproximando. Jorge montou em seu cavalo, protegeu-se com o sinal da cruz e, recomendando-se a Deus, atingiu fortemente o dragão com sua lança e o jogou no chão. Em seguida disse à moça para colocar seu cinto no pescoço do dragão. Ao fazê-lo, o dragão a seguiu como um cãozinho manso. Ao chegar à cidade, todo o povo ficou apavorado, mas Jorge lhes disse para não temer, pois o Senhor o havia enviado para que os libertasse do dragão. O tribuno desembainhou a sua espada, matou o dragão e ordenou que o levassem para fora da cidade. O Rei e toda a cidade se tornaram cristãos. “Em homenagem à bem-aventurada Maria e ao beato Jorge, o Rei mandou construir uma enorme igreja, sob cujo altar surgiu uma fonte de água curativa para todos os enfermos”. (VARAZZE apud AZZI, p. 140,141).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Em Portugal, o Rei Fernando, no final do século XIV, recebeu a veneração de São Jorge dos Ingleses. Posteriormente D. João I se tornou devoto de São Jorge e o fez patrono nacional em substituição ao São Tiago. Azzi (2005) informa que nas Horas Del-Rei D. Duarte, São Jorge está incluído no calendário litúrgico, sendo-lhe endereçada a seguinte oração: “Soldado glorioso de Cristo, honra, esperança para o trono de Portugal, dobra os corações da gente orgulhosa que nos forem contrários. Faze que os discordes venham a uma agradável concórdia, não se arruíne clamorosamente o povo remido pelo sangue de Cristo”. (MARTINS apud AZZI, p. 276). Foi D. João I que iniciou a prática de montar a imagem do Santo em seu cavalo para que saísse em procissão na festa do Corpo de Deus, tendo saído pela primeira vez em 23 de abril de 1387.

No Rio de Janeiro, São Jorge, o defensor do Império, participava da procissão montado em seu cavalo seguido pelo Imperador, sua corte e o povo, segundo informa Ewbank citado por Azzi:

Como São Jorge é o único que anda a cavalo, resolvi fazer-lhe uma visita. [...] As mulheres se amontoavam para beijar-lhe a mão, curvar-se diante dele, e algumas sentavam-se à sua frente, e ficavam a admirá-lo. Usava ele um elmo guarnecido de plumas, curta pelerina de cambrás com rendas em redor do pescoço, túnica vermelha com abas que lhe chegavam aos joelhos, canos de bota pretos e grandes esporas. Seus pés já estão enfiados nos estribos, que vão presos às coxas do Santo, ao invés de seguros na sela. Numa das mãos tem um escudo, na outra um bastão. Há pronto um manto para lançar sobre os seus ombros, logo que estiver montado. Traz à cintura uma espada, e nos ombros folhas de musselina. Sua altura é a de um soldado comum, porém o rosto, liso e corado, sem barbas, suíças ou bigode não é o de um guerreiro. Seu cavalo está num estábulo próximo. O elmo, a couraça e os guantes São de papelão colorido, imitação de aço. (EWBANK apud AZZI, p. 276,277).

Em Minas Gerais, relata Andrade (1936), São Jorge se tornou padroeiro dos soldados que o honravam com solenidades pomposas e lhe prestavam honras militares. A imagem de São Jorge também desfilava montada em um cavalo. A imagem esculpida por Aleijadinho foi adaptada por um mecânico hábil que lhe inseriu articulações de modo que pudesse manter-se à cavalo com elegância e galhardia. Por ocasião da festa do Santo, as unidades militares se vestiam com seus uniformes de gala e prestavam honras militares ao Santo. Andrade apresenta o relato de uma testemunha que em 1881 fazia parte da Guarda de Urbanos em Vila Rica e tanto assistiu,

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁ

como participou das honras militares a São Jorge. Relata que São Jorge não apenas desfilava, mas como comandante, montado em seu cavalo, passava em revista ao Regimento de Cavalaria.

As honras mostradas a São Jorge em Vila Rica são mencionadas por diversos historiadores. Cabral (1969) afirma que a procissão partia da Igreja do Rosário ao meio dia. Para o templo era conduzido o cavalo mais lindo que a cidade possuía, geralmente, branco, com ferraduras de prata, correias lustrosas, presilhas e fivelas de prata, peitoral cheio de anéis de prata, estribo de prata para nele ser montada a imagem do Santo. À frente da procissão, dois negros uniformizados a caráter, com japona e calção de veludo, com galões vermelhos e dourados, rufavam tambores. Outros quatro negros, também luxuosamente uniformizados, compunham a guarda aproximada do Santo. Dois o guiavam pelo bridão e os outros serviam de estribeiros. Logo após, seguia um rapazinho loiro e de feições delicadas vestido como anjo da guarda. São Jorge possuía um alferes que o seguia também a cavalo trajando um uniforme azul e empunhando na mão direita a lança e na esquerda o escudo. O esquadrão de cavalaria com seus uniformes rubros, capacetes e penachos, lança apoiada no estribo do lado direito, seguia a procissão acompanhada por um número elevado de ordens e irmandades religiosas todas com suas insígnias.

Cabral (1969), Silveira (1966) e Andrade (1936) relatam a ocorrência de um incidente na procissão de São Jorge, havendo, pelo menos, duas versões para o fato. A imagem, em tamanho natural, empunhava uma lança também em tamanho real. Na última procissão que saiu, conta-se que o fogoso cavalo do Santo, estando agitado, levantando a cabeça em um arranco, chocou a nuca contra a lança e caiu morto, sendo, prontamente substituído por outro. Outra versão dos fatos, relatada pelo historiador Geraldo Dutra de Moraes no jornal Folha de Minas Gerais de 3 de dezembro de 1944 e citada por Cabral, narra ser tradição em Ouro Preto que, em certa ocasião, quando São Jorge descia pela Ladeira do Ouvidor, arrebentou-se a correia que prendia o selim em que o Santo estava preso, a imagem tombou e, com sua lança matou um soldado de sua guarda, o escravo João, de nacionalidade angolana, que conduzia o animal.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Segundo o artigo, o Santo foi acusado do crime de homicídio e conduzido para a cadeia, onde foi encarcerado sendo necessária uma intervenção da Mesa de Consciência e Ordens para solucionar a questão:

Era assim a justiça daqueles tempos... O fato chegou ao conhecimento da sereníssima Mesa da Consciência e Ordens, em Portugal, que protestou veementemente contra 'as violências e bárbaras medidas praticadas pela ignorância do povo em prender o glorioso São Jorge, pelo acidente que a ele não cabia culpa e sim ao seu arrieiro e condutor'. (CABRAL, 1969, p. 204).

Após esses trágicos fatos, São Jorge perdeu o prestígio junto ao Regimento Regular de Cavalaria de Minas e não mais recebeu honras militares. Cabral informa que a imagem do Santo ficou desprestigiada e perdeu as regalias do altar.

As devoções de Santo Antônio e de São Jorge foram ambas trazidas de Portugal. Seus devotos mais famosos foram os Reis portugueses. É possível que todo o excesso na devoção se deva a presença dos nobres enquanto devotos. São devoções hierárquicas, isto é, devoções forçadas, no caso da Força Pública, com a utilização e ameaça dos regulamentos. Os comandantes utilizavam a religião como forma de controle e disciplina da tropa. O soldado, por gosto ou para evitar desgosto, ajoelhava. Em todo caso, as devoções de Santo Antônio e São Jorge estão presentes e fortes durante os períodos da Colônia e do Império. A República, com toda a sua dinâmica de secularização provocará mudanças significativas no equilíbrio de forças do céu de Minas Gerais.

Santa Efigênia, padroeira da Polícia Militar de Minas Gerais

O livro sobre a vida de Santa Efigênia publicado pela Matriz de Santa Efigênia em Belo Horizonte relata que o apóstolo Mateus, perseguido na Pérsia e Arábia foi acolhido pelo Eunuco da Rainha de Candace que havia sido batizado por Felipe conforme está escrito no livro de Atos dos Apóstolos. Tendo morrido o filho do Rei, o rapaz foi ressuscitado enquanto Mateus orava

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁ

por ele. Como resultado o Rei, sua esposa e todo o povo foram batizados cristãos e, na ocasião, Efigênia se consagrou a Deus juntamente com duzentas virgens.

Morto o Rei, pai de Efigênia e Efrônio, sucessor natural, o trono foi usurpado pelo sobrinho do Rei, Hirtaco, que se apaixonou por sua prima Efigênia que o recusou. Hirtaco prometeu a Mateus a metade do reino caso convencesse Efigênia a desposá-lo. O apóstolo o convidou a comparecer à igreja no domingo, como era costume do antigo rei, para ouvir sua pregação. Reunido todo povo no domingo, o apóstolo falou demoradamente sobre o matrimônio e, após uma pausa, ressaltou que o casamento era uma coisa boa por causa da fidelidade e acrescentou que se um escravo tivesse a presunção de raptar a esposa do rei, não apenas o ofenderia, mas receberia a pena de morte. Dirigindo-se ao rei Hirtaco falou-lhe que Efigênia havia se tornado esposa do Rei Eterno. Quando a celebração terminou, Hirtaco chamou um carrasco para tirar a vida do Apóstolo. Enquanto Mateus orava diante do altar, de pé e com os braços elevados ao céu, foi atingido mortalmente por um golpe de espada, tornando-se o primeiro mártir do continente africano.

Relata o texto que Hirtaco não satisfeito mandou atear fogo em torno do convento onde morava Efigênia e as duzentas virgens para mata-las, mas as virgens se puseram em oração e o incêndio se desviou do convento indo em direção ao palácio de Hirtaco que, embora tenha conseguido escapar foi tomado por uma lepra degradante e suicidou com um golpe de espada. Efrônio, irmão de Efigênia se tornou o novo rei divulgando o culto à Jesus Cristo e construindo igrejas em toda a Etiópia.

A devoção à Santa Efigênia em Minas Gerais foi estimulada pela Igreja que tinha especial interesse na inserção dos chamados “homens de cor” na cristandade. Segundo Oliveira (2007) a promoção dos santos pretos, Efigênia e Elesbão foi feita com a finalidade de apresentar modelos de virtudes cristãs para os africanos e seus descendentes. Segundo o autor, tanto os Carmelitas como os Franciscanos foram grandes estimuladores de devoção entre os negros.

A devoção de Santa Efigênia iniciou-se no século XVIII em Vila Rica (Ouro Preto) e tem ligação com o mito de Chico Rei. Francisco era seu nome de batismo. Nasceu na África onde era o chefe de numerosa tribo. Quando a costa da Guiné foi batida pelos navios negreiros, Chico Rei,

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

sua família e toda a sua tribo foram capturados em África e trazidos para o Rio de Janeiro de onde foram enviados para Vila Rica para trabalhar nas minas. Góis (1959) narra o mito de Chico-Rei dizendo que Francisco não se deixou morrer e jurou que continuaria sendo rei onde estivesse.

Trabalhando muito, Francisco conseguiu reunir recursos suficientes para comprar a liberdade de um escravo e, assim, comprou a liberdade de seu filho que, de igual modo começou a trabalhar para comprar a liberdade de seu pai. Trabalhando junto com seu filho, voltaram a serem homens livres, mas Francisco queria voltar a ser rei. Continuando a trabalhar junto com seu filho, compraram a liberdade do terceiro escravo e, assim trabalhando, libertaram todo o seu povo. Francisco voltou a ser rei de um povo ordeiro e pacífico e passou a ser chamado de Chico Rei.

Persistindo em trabalhar muito, a nação de Chico Rei comprou uma mina de ouro riquíssima chamada de Palácio Velho. O ouro da mina era utilizado para libertação de muitos escravos. Conta Góis (1959) que a nação de Chico Rei escolheu como sua protetora a Santa Efigênia e erigiu-lhe um templo majestoso, a Igreja do Rosário. Segundo Góis, no dia 6 de janeiro de todo ano, o rei e sua família, todos vestidos com suas insígnias e coroas compareciam à Igreja do Rosário onde assistiam à missa cantada. Após a missa, saíam pelas ruas de Vila Rica dançando à moda da África e tocando instrumentos. “Essas festas chamavam-se Reisado do Rosário. De Ouro Preto estenderam-se às outras cidades e lugares do Brasil, onde ainda hoje são conservadas”. (GÓIS, 1959, p. 103).

A imagem de Santa Efigênia, conta Góis, ficava no serro em um local denominado Alto da Cruz. Neste local havia uma pia de água benta onde as negras devotas da santa “empoavam o cabelo com ouro laminado da Mina do Palácio Velho” de modo que seus cabelos brilhavam como se fossem dourados. Chegando à pia, lavavam a cabeça e ali depositavam o ouro como oferta.

A devoção a Santa Efigênia na Polícia Militar provavelmente teve como porta de entrada no Regimento de Cavalaria os *Henriques* que era a denominação dos diversos corpos militares compostos por negros que existiram na América Portuguesa nos séculos XVIII e XIX em

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

homenagem a Henrique Dias. Cotta (2010) relata a história dos negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa e destaca a figura do capitão Henrique Dias que, “após demonstrar seu valor como guerreiro e comandante, foi condecorado com a cruz da Ordem de Cristo, uma das mais prestigiosas comendas do Império Português” e recebeu o título de governador dos crioulos, negros e mulatos. (COTTA, 2010, p. 24).

Inicialmente a reunião de companhias auxiliares de infantaria de homens pardos ou pretos libertos era chamada de Terço. O historiador destaca a mobilidade social dos militares que não eram utilizados apenas como soldados: “o primeiro posto na hierarquia dos corpos auxiliares de infantaria de pardos e pretos libertos era o de alferes, seguido pelo tenente, capitão, sargento-mor e mestre de campo”. (COTTA, 2010, p. 68). No século XIX haveria mudança na estrutura e na denominação do Terço. O conjunto de companhias auxiliares de infantaria de homens pardos ou pretos libertos passaria a ser chamado de Regimento e seu comandante seria chamado de coronel. O Terço passou a ser chamado de Milícia. Em 1804 possuía um total de 4.616 homens pretos e pardos entre os quais quatro coronéis, seis sargentos-mores, nove ajudantes, seis quartéis-mestres, dois tambores-mores, sessenta e um capitães, cinquenta e oito tenentes e cinquenta e nove alferes.

O lugar por excelência da devoção aos santos são as confrarias. Assim como a devoção de Santo Antônio tinha como patrocinador um capitão do Regimento, Santa Efigênia também tinha sua irmandade. As irmandades, segundo Azzi (1978), de origem medieval, tinham como finalidade principal a promoção do culto ao santo da devoção e a promoção de sua festa. Quando o santo já possuía ermida ou capela, a irmandade se comprometia com sua manutenção. Irmandades pobres muitas vezes contentavam-se em conseguir um altar lateral para cultuar seu santo numa capela ou igreja dedicada a outro. A marca característica da confraria é a participação leiga. São os leigos que promovem a festa e as devoções. Oliveira menciona um adágio popular que bem descreve o catolicismo no período: “muita reza, pouca missa, muito santo, pouco padre” (OLIVEIRA, 1978, p. 26). Para o autor, as irmandades e confrarias foram, até o final do século XIX, o principal suporte do catolicismo no Brasil.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

As irmandades, assim como as unidades militares, são segregadas pela cor da pele, havendo irmandades de homens brancos, pardos e pretos. Conceito pessoal e largas posses não são levados em conta como requisitos de admissão às irmandades.

A irmandade de São José do Rio – escreve Vivaldo Coroacy – não admitia no seu quadro indivíduo que tivesse traço de mulato. A Irmandade de São Pedro dos Clérigos se recusou a aceitar como irmão leigo o antigo capitão do Regimento dos Pardos, Alexandre Dias de Rezende, por ser pardo, embora fosse conceituado e de largas posses. [...] Essa era a regra geral. E esta é a razão pela qual no velho Rio se formaram tantas e tão inúmeras irmandades exclusivas de gente de cor, tais como, entre outras as de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a de São Domingos, a de Nossa Senhora da Lampadosa, a das Mercês, a da Conceição, a de Santana, a de São Brás. Inicialmente todas elas nasceram como associações de homens de cor. (AZZI, 1978, p. 91).

Para Silva (2007) as irmandades católicas dos homens pretos foram fundadas em Minas Gerais no século XVII e constituíram-se em espaço de sociabilidade e afirmação da identidade dos escravos africanos e seus descendentes no Brasil. O autor relata que Chico Rei foi catequisado por um “sacristão preto” de nome Camuto com o qual “aprendeu a história dos santos pretos (São Benedito, Santa Efigênia e Santo Antônio de Carta-girona), da Virgem Protetora dos Pretos, Nossa Senhora do Rosário, e do importante papel das irmandades para forros e cativos.” (SILVA, 2007, p. 49-50). Como resultado da instrução, Chico Rei teria se tornado fervoroso devoto dos santos católicos, expressando sua devoção por meio da construção da Igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz, em Vila Rica.

O mais provável é que os *Henriques* tenham aprendido a devoção de Santa Efigênia no Alto da Cruz e, assim como os Dragões e as companhias auxiliares de homens brancos tinham Santo Antônio e São Jorge por braço celestial, eles tinham Santa Efigênia.

O Romanceiro da Inconfidência foi publicado por Cecília Meireles em 1953. A autora esteve em Ouro Preto em 1943 para fazer uma reportagem sobre a semana santa e, ao contemplar os locais dos fatos principais da Inconfidência, se sentiu movida a escrever o texto. Cecília Meireles escreveu o Romance IX ou do Vira-e-sai para mostrar a relação entre os devotos e a Santa. Trata-se de um poema em sete estrofes. Santa *Ifigênia*, à moda dos escravos, tem seu nome evocado por seis vezes. A Santa trabalha e visita os negros dentro na serra negra, vai ver

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

onde conseguem suas ofertas que se produzem com ferro e suor. Anda entre os devotos e sai com seus pés e vestes cheias de ouro, que sacode. Gonçalves (2009), interpretando o poema, ressalta o lugar especial que a Santa tinha na memória dos escravos mineradores merecendo deles todas as homenagens possíveis.

ROMANCE IX OU DE VIRA-E-SAI

Santa Ifigênia, princesa núbia,
desce as encostas, vem trabalhar,
por entre as pedras, por entre as águas,
com seu poder sobrenatural.

Santa Ifigênia levanta o facho,
procura a mina do Chico-Rei:
negros tão dentro da serra negra
que a Santa negra quase os não vê.

Ai destes homens, princesa núbia,
rompendo as brenhas, pensando em vós!
Que as vossas joias, que as vossas flores
aqui se ganham com ferro e suor!

Santa Ifigênia, princesa núbia,
pisa na mina do Chico-Rei.
Folhagens de ouro, raízes de ouro
nos seus vestidos se vem prender.

Santa Ifigênia fica invisível,
entre os escravos, de sol a sol.
Ouvem-se os negros cantar felizes.
Toda a montanha faz-se ouro em pó.

Ninguém descobre a princesa núbia,
na vasta mina do Chico-Rei.
Depois que passam o sol e a lua,
Santa Ifigênia passa também.

Santa Ifigênia, princesa núbia,
sobe a ladeira quase a dançar.
O ouro sacode dos pés, do manto,
Chama seus anjos, e vira-e-sai. (CECÍLIA MEIRELES, 2008, p. 60).

A mudança da Capital Mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte configura um marco significativo na história de Minas Gerais. O fim do Império e a Proclamação da República é um

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

momento importante de virada e de mudança do eixo no País. A República promove uma secularização que terá impacto na Igreja e na vida social: o fim da união entre o trono e o altar, isto é o fim do Padroado, com a separação clara entre o Estado e a Igreja, a instituição do casamento civil, da educação pública e a criação dos cemitérios públicos são as mudanças mais evidentes. Na esfera da segurança as medidas são também radicais. Os republicanos, temendo reações de fidelidade e devotamento ao Imperador, extinguiram o Corpo Policial e criaram a Guarda Republicana. Sob o comando de um coronel ou tenente-coronel, sua atribuição era “auxiliar o governo na manutenção da ordem pública, defesa do solo pátrio e da *causa republicana*”. (COTTA, 2006, p. 85). Com a promulgação da Constituição Mineira em 1891, a Guarda Republicana foi transformada em Força Pública que, dois anos depois (1893), teve seu nome alterado para Brigada Policial. Nesse momento de ruptura e transformação em que a família imperial deixa o Brasil, partem também os devotos mais ilustres de Santo Antônio e São Jorge, devoções herdadas de Portugal e impostas nos quartéis pela força dos regulamentos militares. Os militares formalmente têm agora uma nova causa, a causa republicana, mas têm também uma nova casa: Belo Horizonte, cidade republicana, cidade laica.

Nem a mudança da sede administrativa, nem a Proclamação da República, nem mesmo a tentativa construção de uma nova identidade com a criação da Guarda Republicana ou a obrigação de zelar pela causa república é capaz de impedir a religiosidade na Força. O soldado de Minas é *homo religiosus* e no campo da crença, os decretos não têm força suficiente para impor mudanças. Os militares mudam de sede, mudam de nome, mudam de missão e vem para Belo Horizonte trazendo em seu íntimo a devoção do Alto da Cruz, a devoção à Santa Efigênia. As devoções hierárquicas – Santo Antônio e São Jorge – perderam sua força. A forte ligação de Santo Antônio com o Coroa Portuguesa e a devoção forçada durante o império com os regulamentos militares foi capaz de garantir a continência dos subordinados, mas não a permanência da devoção. São Jorge, depois do episódio da morte do soldado de sua guarda, como mencionou Cabral (1969), perdeu as regalias do altar e a honra de passar em revista ao Corpo Policial. Além disso, uma vez que a revista das tropas é um ato formal, não se pode esperar e aceitar que qualquer santo passe em revista à Guarda da República.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

O esvaziamento das devoções de Santo Antônio e São Jorge tem um contraste forte com o crescimento da devoção à Santa Efigênia, principalmente se for considerado que se trata de uma devoção popular estimulada pela Igreja como forma de catequese dos negros. Da transferência da Capital até os dias atuais, Santa Efigênia saiu da posição de protetora dos negros escravos em Vila Rica, para ser entronizada oficialmente como padroeira da Polícia Militar, destronando importantes potestades imperiais como Santo Antônio e São Jorge.

Andrade (1990), ao comemorar cem anos de instalação do 1.º Batalhão da Polícia Militar, relembra que, desde 1831 o Corpo Policial, por meio de seus oficiais e praças, mantinham devoção à Santa Efigênia. Com a transferência da Capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, os devotos da Santa, acostumados às festas da capela do Alto da Cruz, não conformavam com a separação. Os militares sentiam falta dos clarins das madrugadas de Ouro Preto e o silêncio da nova capital os enchia de saudade. Segundo Andrade foi convocada uma reunião pelo músico Carlos Amálio de Paula que sugeriu erigir uma capela dedicada a Santa Efigênia na nova Capital. Egydio Rosa da Conceição, 1.º sargento da 2.ª companhia formou uma orquestra de militares e civis para celebrar uma missa festiva em honra da Santa no dia 22 de janeiro de 1895 na Igreja Matriz de Boa Viagem. Após a cerimônia, abriu-se a lista de doações para o início da construção. No dia 11 de outubro de 1900 o padre Domingos Ferreira Martins lançou a pedra fundamental da primeira capela. Em 1904 foi benta e inaugurada. Dom Antônio Santos Cabral, arcebispo metropolitano, como forma de homenagem aos militares, deu à paróquia criada o nome de Paróquia de Santa Efigênia dos Militares.

A maneira que os devotos de Santa Efigênia encontraram para promover a devoção à Santa e construir uma capela em sua homenagem foi criar uma irmandade. Assim, em 24 de outubro de 1901, o presidente da Irmandade, Egydio Rosa da Conceição, José Francisco Paschoal, procurador e tesoureiro e Luiz da Silva Araújo, secretário interino, endereçaram correspondência ao Bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta submetendo os estatutos da Irmandade de Santa Efigênia dos Militares de Belo Horizonte a apreciação:

Mariana, 24 de outubro de 1901. Assinado Monsenhor Telles.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

Os abaixo assinados, desejando criar nesta capital uma irmandade de Santa Efigênia sob a denominação de “Irmandade de Santa Efigênia dos Militares”, para maior gloria de Deus e honra da mesma Santa, vêm respeitosamente submeter à apreciação e aprovação de V. Exa. Reverendíssima os estatutos aí presentes, podendo V. Exa. aumentar, diminuir ou modificar nos mesmos o que julgar conveniente. – E. R. Mercê.

Belo Horizonte, 22 de setembro de 1901.

(Assinado) – Egydio Rosa da Conceição, presidente; José Francisco Paschoal, procurador e tesoureiro; Luiz da Silva Araújo, secretário interino. (IRMANDADE DE SANTA EFIGÊNIA, 1901, p. 3).

Os estatutos da Irmandade foram examinados pelo doutor em direito canônico, padre João Gualberto de Amaral que, em 22 de outubro de 1901, emitiu parecer pela aprovação recomendando, entretanto, que os membros da confraria especificassem os atos religiosos do festejo da padroeira, figurando entre eles a melhor de todas as práticas: a confissão e a comunhão.

O artigo 1.º dos Estatutos de 1901 constituiu em Belo Horizonte, “em nome de Jesus Cristo, nosso Redentor”, a Irmandade de Santa Efigênia dos Militares, ressaltando, no parágrafo único e completa obediência ao bispo da diocese autorizado a suspender ou dissolver a Irmandade “quando circunstâncias imperiosas o obriguem”.

O artigo 2.º estabelece a finalidade da Irmandade que inclui propagação do culto católico, catequese dos filhos dos militares e devoção à padroeira com celebração de diversos atos religiosos em sua futura capela. A missa cantada tem lugar de destaque, uma vez que os festejos cantados são herança da devoção à Santa Efigênia do Alto da Cruz.

Art. 2.º – Esta Irmandade tem por fim a propagação do culto católico para maior honra e glória de Deus, fazendo ensinar o catecismo aos filhos dos militares pelo capelão, ou, na falta deste, por pessoa idônea, festejando especialmente o dia da Padroeira e fazendo celebrar em sua capela, quando construída, diversos atos religiosos, missa cantada, comunhões, etc. (IRMANDADE DE SANTA EFIGÊNIA, 1901, Art. 2.º).

A irmandade, dirigida por leigos, caso tenha recursos, pode dispor de um capelão para as diversas celebrações. Além dele pode ter um sacristão a quem compete a trazer a capela em asseio e ordem.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARÁ

O ato de aprovação do compromisso da Irmandade foi assinado no dia 25 de outubro de 1901, pelo vigário geral Monsenhor José de Souza Telles Guimarães, recebendo, ainda, o visto do chefe de polícia, Edgardo da Cunha, na mesma data.

Vinte anos após a constituição da Irmandade de Santa Efigênia dos Militares de Belo Horizonte, foi realizada a *reconstituição* em Belo Horizonte da Irmandade de Santa Efigênia dos Militares com a revisão e publicação de novo compromisso. Enquanto o artigo primeiro do compromisso de 1901 instituiu o compromisso “em nome de Jesus Cristo”, o compromisso de 1921 amplia a “autoridade delegante” em nome de quem se constitui a irmandade e inclui a Santíssima Trindade e a Imaculada Conceição de Maria Santíssima.

Art. 1.º - Em nome da SS. Trindade e da Imaculada Conceição de Maria Santíssima, mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, nosso Redentor, fica reconstituída em Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, a Irmandade de Santa Efigênia, constituída em 22 de setembro de 1901 e aprovada por portaria do Rev. Vigário Geral do Bispado de Mariana, datada de 25 de outubro do mesmo ano, assinada pelo virtuoso e santo Monsenhor José da Silva Telles Guimarães, de saudosa memória.

§ único – A irmandade de Santa Efigênia presta completa obediência ao Exmo. Sr. Arcebispo Diocesano, que poderá, portanto, suspender ou dissolver a Irmandade quando circunstâncias imperiosas o obrigarem. (IRMANDADE DE SANTA EFIGÊNIA, 1921, Art. 1.º).

Em 1931, trinta anos após o Sargento Egydio Rosa da Conceição, com o coração ardendo de emoção, promover a reunião para constituir e presidir a primeira Irmandade de Santa Efigênia dos Militares, foi elaborado novo compromisso. Desta vez não em nome de Jesus, ou da Santíssima Trindade e da Imaculada Conceição, mas em seu próprio nome, a Irmandade se instituiu enquanto uma associação religiosa composta por católicos, apostólicos, romanos, praticantes e *não* atribuiu poder a autoridade eclesiástica para suspender ou dissolver a Irmandade “quando circunstâncias imperiosas o obrigarem”.

Art. 1.º - A Irmandade de Santa Efigênia dos Militares, em Belo Horizonte, com sede na matriz de Santa Efigênia, é uma associação religiosa composta de católicos, apostólicos, romanos, praticantes que, para melhor servir a Deus e à sua excelsa padroeira Santa Efigênia, ficam sujeitos ao presente compromisso em todas as suas disposições e regras. Seus fins são os seguintes:

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

- 1.º - O serviço de Deus, a conservação e o desenvolvimento do culto de Santa Efigênia, o bem espiritual dos associados e a instrução religiosa entre seus membros.
- 2.º - Velar pela conservação da matriz, futuramente Santuário de Santa Efigênia.
- 3.º - Fornecer à matriz as alfaías, ornamentos necessários à celebração das solenidades religiosas.

Em 1931 está em pleno vigor o modelo de neocristandade implantado no Brasil por Dom Leme. Durante as décadas de 1920-1940 Dom Sebastião Leme desenvolveu um conjunto de ações estratégicas com o objetivo de fortalecer a instituição católica, melhorando seus quadros e aproximando-a dos intelectuais brasileiros. Dom Leme trabalhou muito para que a Igreja Católica recuperasse sua influência sobre a sociedade como analisa Azzi (2005), mediante um processo de ressacralização do Estado. Foi em sua Carta Pastoral Programática de 16 de julho de 1916, quando era arcebispo de Olinda, que Dom Leme expôs sua visão para a Igreja. Na carta Dom Leme faz um diagnóstico da situação da Igreja Católica no Brasil, critica a laicidade do Estado e a ignorância religiosa das camadas populares que, a par dos bons sentimentos, se encontra mergulhada em superstição e credices. Dois anos depois, na inauguração da seção masculina da Confederação Católica de Recife, Dom Leme retoma a temática da carta, convoca a igreja à militância, inaugura as trincheiras da luta e indica os inimigos: espiritismo, protestantismo, livre-pensamento, sectarismo, anarquismo, ceticismo e outros:

Em discurso de 1918, na inauguração da seção masculina da Confederação Católica de Recife, Dom Leme retoma e sintetiza o conteúdo central de sua Carta Pastoral de 1916, enfatizando o aspecto da militância católica: ‘Nossas trincheiras católicas estão sendo invadidas pelo inimigo. Espiritismo, protestantismo, livre-pensamento, ódios sectários, anarquismo, o respeito humano, a descrença, enfim, e o indiferentismo religioso penetram em nossos arraiais. Alerta, soldados de Cristo. (MATOS, 2003, p. 49).

O compromisso da Irmandade de Santa Efigênia dos Militares de Belo Horizonte firmado em 1931 apresenta-se afetado pela pregação de Dom Leme. A Irmandade em Belo Horizonte olha para o dedo indicador de Dom Leme e entra na trincheira: somente podem ser admitidos na Irmandade católicos de reconhecida moralidade e bons costumes que “não pertençam à maçonaria, espiritismo ou qualquer seita condenada pela Santa Igreja”. (IRMANDADE DE SANTA EFIGÊNIA, 1931, art. 3.º).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Outro aspecto que bem distingue a Irmandade de 1931 em relação à de 1901 é a composição da Mesa Administrativa. A primeira Irmandade foi constituída e presidida pelo sargento Egydio Rosa da Conceição. A Irmandade de 1931 é controlada por Oficiais da Força Pública. São coronéis, majores, capitães e tenentes. Não há sequer um sargento, cabo ou soldado na composição da Mesa Diretora da Irmandade que originalmente era uma irmandade de escravos negros.

Art. 77 - Fica prorrogado por um ano o mandato da atual Mesa Administrativa e dos que a ela se incorporarem por força deste compromisso a qual se compõe dos Irmãos:

[Coronel] Gabriel Prata, Provedor;

Coronel José Gabriel Marques, Vice Provedor;

Tenente Lélio Graça e Tenente Bernardino Marinho, 1.º e 2.º secretários;

Major José F. da Fonseca, Tesoureiro;

João Lobato, Procurador;

Coronel Apollino Miranda, Coronel João Evangelista, Francisco Machado, Antônio

Rangel, Major João Lopes, Major Octávio Diniz, Dr. Francisco Magalhães Gomes, Dr.

Washington Figueiredo, Júlio Couto, Juventino Moura Lima, Abelardo de Moraes,

Tenente Neator de Oliveira, Capitão Francisco Fagundes, Tenente Oscar Souto Maior,

Bartholomeu Lana, Berlindo Papinie, Tenente Annunciato Machado; e da Exmas.

Senhoras d. Clotilde Machado, Maria Luiza Marques, provedora e vice provedora;

Evangelina Miranda Lima, Elisa Brandão, Bemvinda Coelho e Elda Carvalho.

(IRMANDADE DE SANTA EFIGÊNIA, 1931.).

O programa da festa de Santa Efigênia para o ano de 1930 mostra o controle da Irmandade pelos oficiais e o grau de integração existente entre a Força Pública, a Irmandade de Santa Efigênia e a Matriz de Santa Efigênia dos Militares. As festividades tem duração de 10 dias, no período que vai de 12 de setembro a 21 de setembro de 1930. Dos dez dias de festividades, seis são dedicados á Força Pública. Para o dia 19 de setembro, dedicado aos Oficiais da Força Pública do Estado, foi também programada a benção das espadas dos novos oficiais e das espadas daqueles ainda não abençoadas. A festa conta com a participação de praticamente todos os comandantes de Unidades da Força Pública.

Quadro 1: Programa da festa de Santa Efigênia no ano de 1930.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PARANÁ

DIA	DEDICAÇÃO	ATO DE CONSAGRAÇÃO À SANTA EFIGÊNIA
12 set.	Associações Católicas	D. Célia Hallais
13 set.	Famílias	D. Elda de Carvalho
14 set.	Crianças	Uma criança dos Santos Anjos
15 set.	1.º Batalhão da Força Pública	Comandante ou substituto
16 set.	Corpo de Bombeiros	Comandante, Cap. PM João Lopes
17 set.	Corpo Escola	Comandante, Major João Evangelista.
18 set.	Aos rapazes e ao Corpo de Cavalaria	Geraldino Magalhães e Comandante José Gabriel Marques
19 set.	Oficiais da Força Pública do Estado	Coronel Luiz Fonseca, Comandante do S.A.
20 set.	Às moças da Paróquia	Senhorita Margarida Canabrava
21 set.	Irmandade e devotos de Santa Efigênia	Provedor Coronel Gabriel Prata.

Fonte: Irmandade de Santa Efigênia dos Militares, 1930.

A devoção à Santa Efigênia não se limitou aos municípios de Ouro Preto, onde teve início, e em Belo Horizonte, para onde foi levada, mas foi se expandindo para o Interior do Estado para diversas cidades. Três aspectos principais podem ter contribuído para o desenvolvimento da devoção: a presença forte nos quartéis da capital, principalmente na escola de formação que recebe os militares de todo o Estado, a capilaridade da Força Pública no Estado e o envolvimento direto dos comandantes com a religião católica manifestado principalmente na devoção à Santa Efigênia. A religiosidade dos militares se concretiza com as construções de capelas dedicadas à Santa (Bom Despacho, Hospital Militar, Diamantina, Uberaba e outros municípios), na construção de nichos, nas missas semanais e nas procissões.

A partir de uma devoção de escravos iniciada no século XVIII em Vila Rica, no contato com os *Henriques* das Milícias de Minas Gerais, Santa Efigênia assumiu o posto de protetora dos militares. Não recebeu patente de oficial, nem continência, não passou em revista à Tropa formada, mas devagarinho, à moda mineira, foi ampliando seu principado. No dia 04 de fevereiro de 1986, o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, em Portaria, atendendo ao pedido do coronel Leonel Archanjo Affonso, Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, entronizou Santa Efigênia formalmente como Padroeira da Polícia Militar. O que era informal institucionalizou-se:

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Atendendo ao pedido que me fez o Exmo. Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel Leonel Archanjo Affonso e acolhendo as razões que ele me apresenta, especialmente:

- O fato de os militares da Brigada Policial, sediados na antiga Vila Rica terem tido por especial Padroeira Santa Efigênia;
- Ter sido essa devoção trazida para Belo Horizonte quando a Brigada Policial se transferiu para a Capital em 1899;
- Ter sido construída por iniciativa dos militares vindos de Ouro Preto a ‘Capela de Santa Efigênia dos Militares’;
- Ter sido enfim criada a paróquia Dom Antônio dos Santos Cabral, com o título de Santa Efigênia dos Militares.

Por este documento, constituo e declaro a SANTA EFIGÊNIA, Virgem, como PADROEIRA da Polícia Militar de Minas Gerais, para que ela lhe sustente a fé lhes inspire a prática de todas as virtudes morais, fidelidade de sua vida cristã e na dignidade de sua missão de guardiães da segurança e da paz da comunidade.

Recomendo, além disso, que a imagem da Padroeira seja venerada em todas as Unidades da Polícia Militar de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 1986.

Dom Resende Costa. Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 1986).

Tendo deferido o seu pedido, o coronel Leonel, Comandante Geral da Polícia, publicou a Portaria de Dom Resende Costa no Boletim Geral da Polícia Militar n.º 44, de 7 de março de 1986, recomendando a todos os comandantes, diretores e chefes da Instituição que a transcrevessem em boletim interno e providenciassem, através da chefia da capelania militar, “a entronização da imagem da nossa Padroeira na respectiva” Unidade. (MINAS GERAIS, 1986). Dessa maneira, dilatou-se o principado de Santa Efigênia, entronizando-a formalmente em todos os quartéis da Polícia Militar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Djalma. **Apontamentos para história da Força Pública de Minas Gerais.** Publicações diversas em jornais. Belo Horizonte: Museu da Polícia Militar de Minas Gerais, 19??, 65p.

ANDRADE, Djalma. O espírito de religiosidade da Força Pública de Minas. In: **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 6 set. 1936, p. 5.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

ANDRADE, Paulo Rene. **1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais 1890-1990**: 100 anos de história, de serviços e de tradições. Resumo histórico. Belo Horizonte: Editora o lutador, 1990.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Portaria**. Constitui e declara Santa Efigênia padroeira da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Arquidiocese, 1986.

AZAMBUJA, Deocleciano; RODRIGUES, Ivan. **Uniformes militares brasileiros**. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial Ltda., 1983.

AZZI, Riolando. **O catolicismo popular no Brasil**: aspectos históricos. Petrópolis: Vozes, 1978.

AZZI, Riolando. **A Igreja católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida: Editora Santuário, 2008.

AZZI, Riolando. **A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, 327 p.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. **Ouro Preto**. Belo Horizonte, 1969.

COMBLIN, José. **Curso de Teologia**: experiência do seminário regional do nordeste – Recife. Recife: apostila, 1969.

COTTA, Francis Albert. **Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

COTTA, Francis Albert. **Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

GONÇALVES, Adalgimar Gomes. **As personagens negras no Romancelheiro da Inconfidência**: uma escritura inclusiva. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras – UFMG. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECAP-7QBGFP/1/disserta__o_adalgimar_gomes.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

GÓIS, Carlos. **Histórias da terra mineira**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1959.

HOONAERT, Eduardo. **O cristianismo moreno do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

IRMANDANDE DE SANTA EPHYGENIA DOS MILITARES DE BELO HORIZONTE. **Estatutos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1901.

IRMANDANDE DE SANTA EPHYGENIA DOS MILITARES DE BELO HORIZONTE. **Compromisso da Irmandade de Santa Efigênia dos Militares de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Irmandade de Santa Efigênia dos Militares, 1921.

IRMANDANDE DE SANTA EPHYGENIA DOS MILITARES DE BELO HORIZONTE. **Compromisso da Irmandade de Santa Efigênia dos Militares de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Imprensa Diocesal, 1931.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

- LIBÂNIO, João Batista. **A religião no início do milênio**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LIMA JUNIOR, Augusto; LIMA, Ana Maria Augusto de. **O rosário de Nossa Senhora**. Belo Horizonte, 1963.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo 3. Período Republicano e Atualidade. São Paulo: Paulinas, 2003.
- MATRIZ DE SANTA EFIGÊNIA. **Novena e vida de Santa Efigênia**. Belo Horizonte: Matriz de Santa Efigênia, 2012.
- MINAS GERAIS. Departamento de Instrução. **Relatório das atividades do DI em 1952**. Belo Horizonte: PMMG, 1952.
- MINAS GERAIS. Força Pública do Estado de Minas Gerais. **Histórico do 2º Batalhão: 1890-1936**. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso, 1936.
- MINAS GERAIS. **Recomendação**. Entronização de Santa Efigênia nas Unidades da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: PMMG, 1986.
- MINAS GERAIS, **Relatório anual do Comandante da Força Pública**, Cel. Alvino Alvim de Menezes alusivo ao ano de 1936. Belo Horizonte: FP, 1936.
- OLIVEIRA, Anderson José M. de. **A santa dos pretos: apropriação do culto de Santa Efigênia no Brasil colonial**. Bahia, Afro-Asia, n.º 35, p. 237-262. 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/770/77003507.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- OLIVEIRA, Francisco Elói. **Lembrança da Páscoa dos Militares: guarnição de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Imprimatur, 1947.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. O catolicismo do povo. In: ANTONIAZZI, Alberto; OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro; VALLE, J. Edênio. **Evangelização e comportamento religioso popular**. Petrópolis: Vozes, 1978
- OURO PRETO VIRTUAL. **Igreja de Santa Efigênia**. Disponível em: <<http://www.ouopretovirtual.com/igrejas-e-capelas/igreja-de-santa-efigenia>> . Acesso em: 01 ago. 2012.
- PASSOS, Mauro. O catolicismo popular. In: PASSOS, Mauro (Org.). **A festa da vida: significado e imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SILVA, Rubens Alves da. Chico Rei Congo do Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. **Imagário, cotidiano e poder**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2007. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=msvyJG1orbkC&dq=Imagin%C3%A1rio,+Cotidiano+e+Poder+chico+rei&printsec=frontcover&source=bl&ots=bYvTO6j_MG&sig=URZlohwr4Js1c71xNu6esBIFCUw&hl=pt-BR&sa=X&oi=book_result&resnum=1&ct=result#v=onepage&q=Imagin%C3%A1rio%2C%20Cotidiano%20e%20Poder%20chico%20rei&f=false>. Acesso em: 17 ago. 2012.
- SILVEIRA, Geraldo Tito. **Crônica da Polícia Militar de Minas**. Belo Horizonte: Polícia Militar, 1966.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

SOARES, José Carlos de Macedo. **Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1942.

ZAMPROGNO, Robson. O capitão Santo Antônio de Pádua. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 10 out. 1974. Suplemento Especial.